



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 9:30 horas, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participaram os Conselheiros Cauê Caseiro Macris, Presidente do Conselho, César Silva, Demetrius Queiroz do Rego Barros, João Octaviano Machado Neto, José Francisco Dutra da Silva e Mauro Ricardo Machado Costa, membros titulares, Elaine Versignasi dos Santos, Márcio Cury Abumussi, Luiz Antônio Tozi e Tiago José Kich Temperani, suplentes. Pela Diretoria Executiva, Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, Patrícia Sales de Oliveira Costa e Francislene Nascimento, Diretoras; Paulo Roberto da Rosa, Lylían Fernandes, Roberto Pitaguari Germanos e Raisalena Helena Lemos de Macedo, assessores, Joseane da Silva Parado, assistente. Dando início aos trabalhos, o Presidente Cauê Macris passou temporariamente a Presidência ao Conselheiro Mauro Ricardo, que assumindo, submeteu à apreciação a minuta da ata da 129ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade. Seguindo os itens da pauta passou a palavra ao Sr. Alberto, representante da Consultoria Conde, que iniciou apresentando proposta de Plano de Custeio para 2023, posição setembro/22. Iniciou pelos Planos da Cidade de São Paulo, PREVCOM RG, PREVCOM RP e PREVCOM RG UNIS, descrevendo as principais características, as bases técnicas, as estatísticas de ativos, quantidade de participantes acima e abaixo do teto, ativos anteriores e autopatrocinados de cada Plano, idade e salário de participação médios e as respectivas totalizações. Seguindo apresentou as estatísticas de assistidos, aposentados, invalidez e pensionistas, detalhando a quantidade, idade média, folha de benefícios e benefícios médio de cada Plano e sobre as reservas matemáticas. Ainda, fez a abertura do patrimônio de cobertura descrevendo o ativo total, o exigível operacional e contingencial e os fundos previdencial e administrativo. Quanto a situação dos planos, demonstrou o equilíbrio entre o patrimônio de cobertura e suas reservas matemáticas. Seguindo demonstrou a composição do plano de custeio citando os participantes e o patrocinador, a composição do plano de custeio, que no caso do participante corresponde ao



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

percentual escolhido, aplicado sobre o salário de participação, sendo que, para o patrocinador este percentual fica limitado a 7,5%. Dentre os participantes, citou os ativos, facultativos, autopatrocínados, ativos anteriores, optantes e assistidos. Em continuidade, comentou sobre as contribuições normais, facultativas e opcionais. Com relação as fontes de custeio administrativo foram consideradas a taxa de administração, equivalente a 1% a.a. sobre os recursos garantidores e no repasse da seguradora de 23% sobre as contribuições de risco e 50% sobre o resultado financeiro do contrato de seguro. Quanto a taxa de carregamento aplicada sobre as contribuições permanece o percentual de 0%, exceção feita para o plano SP Previdência que é de 5% e para os demais planos, de 4%. Na sequência, ao apresentar as propostas para os Planos PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, PREVCOM SP Previdência, PREVCOM MT, PREVCOM MS e PREVCOM Pará, informou que o embasamento é o mesmo adotado para os planos já citados, ressaltando as características de cada um. Finalizada a apresentação o Presidente do Conselho agradeceu ao Sr. Alberto pela participação. Após discussão o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, os planos de custeio dos planos de benefícios, PREVCOM RG, PREVCOM RP, PREVCOM RG UNIS, PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, SP Previdência, PREVCOM MT, PREVCOM MS e PREVCOM Pará, para o exercício de 2023. Retomando a presidência, o conselheiro Cauê Macris passou a palavra a sra. Raisal, para apresentação das Políticas de Conflito de Interesse, de *Compliance* e de revisão da Política de Anticorrupção e Combate à Fraude. Iniciou comentando sobre a nova estrutura de governança adotada pela Prevcum. Como políticas do programa de integridade, foram considerados os normativos, as atividades e as definições dos papéis e responsabilidades das áreas envolvidas, passando a comentar sobre a elaboração da Política de *Compliance* onde reúne as principais atividades previstas no Decreto 11.129/2022 (regulamentação à Lei anticorrupção), para um Programa de *Compliance* efetivo. Disse que a Política consolida a jornada de 8 passos, que demonstram a atuação da área de *Compliance* e demais áreas importantes para a implementação e a manutenção do programa. Sobre a revisão da Política Anticorrupção, tem por objetivo



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

firmar o compromisso da Fundação com a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e com o seu Decreto regulamentador nº 11.129/2022, dispondo como deve ser a interação com o Poder Público considerando as melhores práticas, diferenciando os agentes públicos responsáveis pela gestão, supervisão e fiscalização dos negócios da Prevcom, daqueles considerados clientes conforme a Instrução Normativa nº 34/2020, da PREVIC. A revisão da Política Anticorrupção descreve a não tolerância para as condutas tipificadas na Lei Anticorrupção, tais como patrocinar ou custear práticas de atos ilícitos, usar intermediários para ocultar bens ou dificultar atividades de investigação. Também orienta que as reuniões ou encontros com agentes públicos sejam registradas e tenham dois ou mais profissionais presentes. Quanto aos brindes, presentes e hospitalidade, serão admitidos quando forem decorrentes da atuação comercial da Prevcom, no mesmo padrão dos demais clientes da Fundação. É vedado o recebimento e concessão de brindes, presentes e hospitalidades de e para agentes públicos quando se caracterizar potencial conflito de interesses e quando houver possibilidades de influenciar atividades de gestão, supervisão e fiscalização. Sobre a contratação de pessoas politicamente expostas, deverá ser precedida por avaliação de *Compliance* quando se tratar de prestadores de serviço com a aprovação pela Diretoria Executiva e, quando para o quadro de colaboradores, pela Comissão de Ética. A elaboração da Política de Conflito de Interesses tem por objetivo definir e auxiliar no tratamento e situações consideradas de conflito de interesses, de grande importância para o Programa de *Compliance* na identificação, prevenção e remediação de riscos. A Política de Conflito de Interesses, define o que é conflito de interesse real e potencial, destacando relações afetivas, atividades paralelas, relacionamento com prestadores de serviços e parte relacionada. Ficou definido que doravante haverá uma atividade para a área de *Compliance* de acompanhamento da declaração de conflito de interesse e os casos levados para deliberação da Comissão de Ética. Resumidamente, a Política de *Compliance* baseia-se nos pilares e programas de patrocínio & *Tone at the Top*, a supervisão e recursos de *Compliance*, Código de Ética e Políticas, *Compliance* e *Risk Assessment*, treinamento e



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

comunicação, controles internos, monitoramento contínuo, *Due Diligence* e canal de denúncia e Investigação. Finalizada a apresentação, o conselheiro Mauro Ricardo solicitou um prazo para maior para avaliar a Política de Conflito de Interesses, especificamente no que tange a relação com os membros de Conselhos indicados pelo Patrocinador. Dessa forma, acolhendo a solicitação do Conselheiro Mauro Ricardo, a Presidência propôs que a Política de Conflito de Interesses seja suspensa para uma melhor avaliação e posterior reapresentação ao colegiado, proposta acolhida pelo colegiado. Seguindo submeteu a apreciação do Conselho a Política de *Compliance* e a Política de Anticorrupção e Combate à Fraude, revisada, aprovadas por unanimidade. Seguindo os itens da pauta, o sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Everaldo, representante da Consultoria PPS para comentar sobre a seleção de Gestores de Fundos em Participações. Solicitando a palavra a Diretora Francislene comentou que em continuidade ao programa de investimentos em FIPs, submete para ciência e aprovação do Conselho Deliberativo os seguintes Fundos de Investimentos em Participações: i) Pátria Private Equity Fund VII Feeder Institucional Brasil; ii) Spectra VI Institucional Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e, iii) Vinci Capital Partners IV Feeder Multiestratégia, previamente selecionados e aprovados pela Diretoria de Investimentos e com parecer favorável do Comitê de Investimentos e da Consultoria Jurídica Bocater. Nos casos específicos, acredita tratar-se de produtos sólidos e de boa reputação, sob gestão das maiores *Assets Managements* dessa classe de ativos do Brasil. Seguindo, para maiores esclarecimentos convidou o Sr. Everaldo França da Consultoria de Investimentos PPS, para detalhar e esclarecer dúvidas sobre os Fundos analisados. O Presidente Carlos Flory, complementou pedindo para que o sr. Everaldo fizesse uma introdução macro sobre as oportunidades de investimentos nesse segmento que estão cada vez mais escassas e difíceis de serem encontradas. O sr. Everaldo iniciou dizendo que o momento apresenta grandes dificuldades, por isso cada vez mais a diversificação das carteiras de investimentos é importante, além de ter sempre olhar sempre no médio e longo prazo, uma vez que o plano não precisa ter um percentual tão



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

alto com liquidez diária. Os FIPs têm uma característica interessante porque todo investimento líquido traz um prêmio, portanto a Fundação tem espaço para esse tipo de produto. A Prevcom já investe em fundos do BTG, como por exemplo o Fundo BTG Economia Real, que inclusive apresentou um resultado extraordinário em 2022, mais de 90% em menos de um ano. A questão é que não podemos continuar investindo com apenas um gestor, uma vez que viola o princípio básico da mitigação de risco através da diversificação. É fundamental montar um programa de investimentos, diversificando as estratégias ao longo dos anos. Os três fundos foram selecionados dentro de uma série de fundos dessa categoria, abertos para investimentos, sendo que alguns ainda que interessantes, não se enquadravam dentro dos critérios estabelecidos pelas normas adotadas pela Prevcom. Iniciando pelo Fundo da Spectra, disse tratar-se de Fundo de Fundos. A Spectra é uma gestora especializada que utiliza instrumentos sofisticados para seleção de Fundos. O segundo é a Vinci Partners, gestora de grande porte, 23ª maior da indústria, sofisticada, bastante qualificada e com capacidade de entregar os resultados que esperamos. Já fez outros FIPs, teve sucesso e já está retornando o dinheiro dos investidores. O terceiro é o Pátria Private Equity, o mais tradicional de todos eles. Gestora de Grande Porte, alta complexidade, 20ª maior gestora da indústria e 3ª maior nessa classe de ativo, com gestão bastante sofisticada e que tem 143 bilhões sob gestão. Portanto, nossa conclusão descrita nos pareceres é que somos favoráveis em relação aos 3 gestores e que os mesmos estão aptos a receber recursos da Prevcom. Solicitando a palavra o Conselheiro Demétrius mencionou alguns insucessos obtidos em um fundo gerido pelo Pátria e sugere aguardar melhores resultados e uma análise mais profunda, antes de efetuarmos investimentos com eles, mas é favorável que se invista nos demais Fundos. O Conselheiro Mario Ricardo, questionou sobre o resultado do FIP Economia Real que foi aprovado recentemente pelo Conselho Deliberativo. A diretora Francis esclareceu que foi assinado Boletim de Subscrição, porém a Fundação ainda não recebeu nenhuma chamada de capital. O Investimento efetivo ainda não ocorreu. O Conselheiro questionou ainda sobre o volume que a Prevcom teria interesse em investir.



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A Diretora de Investimento informou que a proposta é de subscrever R\$ 30 milhões para cada um dos 3 fundos. O Conselheiro José Dutra, também questionou sobre o limite aprovado anteriormente e se esses novos investimentos estariam dentro desse limite já aprovado. A Diretora de Investimentos confirmou que essa nova proposta está dentro do limite já aprovado para investimentos dessa classe, que é 10% do patrimônio dos Planos, PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS, PREVCOM RP, PREVCOM RO e PREVCOM MULTI. Reforçou que a diversificação entre gestores é importante. Concordou com o Conselheiro Demétrius no sentido de que seria melhor uma avaliação mais detalhada sobre o Fundo Pátria, apesar de concordar que rentabilidade passada não garante rentabilidade futura. O Presidente Carlos Flory, solicitando a palavra reforçou a fala inicial do Sr. Everaldo, de que cada vez mais as oportunidades nesse tipo de investimentos estão ficando raras, onde é possível contar com prêmios maior por abrir mão de liquidez e reforçou o exemplo do Fundo do BTG que rendeu mais de 90% no ano. O insucesso faz parte do mercado, na história do gestor pode ter sempre um caso de insucesso. A Diretora Francis, em complemento, disse que no Ranking ANBIMA, da classe de FIPs, o Pátria é o 3º maior e que, do total de 861 gestores aprovados pela CVM ele é o 20º. Além disso, parte relevante da base de clientes do Pátria, em torno de 80%, trata-se de investidor estrangeiro, inclusive Fundos Soberanos da Ásia, Petróleo Alaska, etc. Sua estrutura conta com 8 escritórios em outros países, como Hong Kong, Londres, Nova York, Chile, entre outros. Destacou ainda que, em termos de *compliance* e governança a instituição estabelece critérios rigorosos, uma vez que devem atender as regras de órgãos reguladores do Brasil e outras localidades, dado o percentual alto de investidores estrangeiros em sua base de clientes. O Presidente Carlos Flory, propôs que fosse feita uma reunião com o Gestor do Fundo Pátria para maiores esclarecimentos e detalhamento sobre o Gestor e fundos mencionados pelo Conselheiro Demétrius. Tão logo seja definida a data, será comunicada ao colegiado. O Conselheiro Mauro Ricardo, interinamente na presidência, submeteu ao colegiado a proposta de aprovar investimento de R\$ 30 milhões em cada um dos Fundos Vinci Capital Partners IV FIP e



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

FIP Spectra VI Institucional FIP e, tempestivamente realizar uma reunião com o Gestor Pátria para maiores esclarecimentos e uma nova avaliação. O colegiado manifestou concordância com a proposta. Na sequência a Diretora Francis convidou o sr. Sergio Brinckmann, sócio fundador da *Inside Pensions*, empresa que possui um sistema de acompanhamento de dados dos Fundos de Pensão, com informações quantitativas detalhadas de mais de 1.100 planos de benefício, inclusive informações sobre os dirigentes, patrocinadores e Conselheiros. O sr. Sérgio Brinckmann iniciou, apresentando de forma sucinta, as principais ferramentas do sistema, demonstrando, inclusive, o comparativo de rentabilidade dos planos CD das Entidades Sistemicamente Importantes, situando a posição da Prevcom dentro desse cluster, em 36º lugar. O Presidente Carlos Flory solicitou que fosse feito uma análise de período mais longo dado o nosso perfil de longo prazo. O sr. Sergio rodou o sistema com prazo de 60 meses e salientou que a Prevcom se mantêm em destaque dentro das duas janelas, com performance e índice risco x retorno consistentes em 36 e 60 meses, bastante positivo. O Conselheiro Demétrius solicitou o encaminhamento ao colegiado do estudo apresentado pelo sr. Sérgio Brinckmann. Em continuidade aos assuntos da pauta, a presidência passou a palavra ao Diretor Presidente que fazendo um breve relato submeteu para discussão a viabilidade da contratação de plano de saúde. A Sra. Lylian iniciou apresentando uma visão geral do projeto, citando que o plano contempla 86 colaboradores, não extensivo a dependentes e agregados. A composição dos valores obtidos por pesquisa e apresentados nas propostas pela Amil, Bradesco, Notredame e Sul América, registram um valor médio unitário de referência de R\$ 1.191,51, data base junho/2022, para procedimento licitatório na modalidade pregão. Os valores orçados no PGA 2023, demonstram um valor mensal de R\$ 102.470,00 e o valor total por 9 meses, de R\$ 922,230,00. A título de contrapartida, será descontado do holerite do empregado, o percentual de 0,20% do valor do benefício. As premissas do termo de referência têm como objeto a contratação de serviços de assistência médica ambulatorial, clínica, cirúrgica, obstétrica e hospitalar, atendimento de urgências e emergência, exames



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

complementares e serviços auxiliares com padrão de acomodação enfermaria, quarto compartilhado, para os empregados da PREVCOM. Os serviços médicos e auxiliares serão prestados em qualquer dia da semana e em qualquer horário, sem restrições. Caso o empregado desejar acomodação em categoria superior à enfermaria, o pagamento da diferença dos custos será de responsabilidade do beneficiário. Os trâmites necessários à condução do processo estão condicionados a aprovação do projeto no PGA pelo Conselho Deliberativo, o cadastramento do projeto no SIEDESC e o encaminhamento do pleito pela PREVCOM, à Comissão de Política Salarial, com a manifestação da Diretoria Executiva. Concluídos os trâmites necessários e após a manifestação da CPS, a Fundação dará início ao processo de contratação na forma atividade meio, procedimento licitatório através de pregão eletrônico, elaboração de edital, publicação, certame através da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC). Após a exposição do assunto, o Conselheiro Mauro Ricardo manifestou-se contrário ao percentual de 0,20% de contrapartida pelo empregado, sugerindo que o mesmo seja elevado para 20%. Após discussão e esgotados os questionamentos, a presidência submeteu ao colegiado a proposta com o ajuste de elevação da contrapartida do empregado para 20%, aprovada por unanimidade, com as recomendações de: i) que o valor seja reajustado na reserva orçamentária para 2023 e, ii) que a aprovação pela Comissão de Política Salarial, seja na sua íntegra. Se houver alteração pela CPS, retornar a proposta ao colegiado para nova deliberação. Dando continuidade aos assuntos da pauta, a Presidência comunicou o recebimento do Ofício GABGOV/MS nº 228/202, encaminhado pelo Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, indicando a Sra. Cristiane Lima Maciel Nunes em substituição a sra. Renata Raule Machado. Da mesma forma, deu conhecimento da recepção do Ofício DIPREV/MTPREV nº 03124/2022, do sr. Governador do Estado de Mato Grosso, indicando a sra. Karina Vicenzi Andrade, em substituição ao sr. Alisson Carvalho de Alencar. O Colegiado, por unanimidade, acolheu as indicações, nomeou e deu posse a Sra. Cristiane Lima Maciel Nunes e a Sra. Karina Vicenzi Andrade, como membros dos Conselhos PREVCOM MS e PREVCOM MT, respectivamente.

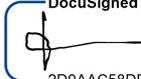


## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Finalizando os itens da pauta, submeteu ao Conselho o calendário de reuniões para 2023, aprovado por unanimidade. Por fim, ao comunicar seu desligamento da Secretaria de Estado da chefia da Casa Civil ao final desse mês, disse que estará apresentando carta de renúncia da função de Presidente e membro do Conselho Deliberativo da Fundação. Agradeceu a acolhida, a colaboração e participação de todos, desejando sucesso. O Conselheiro Mauro Ricardo agradeceu a convivência e a colaboração, desejou sucesso na nova função, endossado por todos os demais Conselheiros. Solicitando a palavra o sr. Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, agradeceu a presidência e a todos os Conselheiros pelo apoio recebido durante 2022, permitindo um bom resultado e retorno ao participante, fruto do trabalho em conjunto. Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião e para constar, eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros titulares presentes.

DocuSigned by:  
  
 075D3A179B414D3...  
 Caue Caserio Macris  
 Presidente

DocuSigned by:  
  
 2D0AAC58DB3E43D...  
 Cesar Silva  
 Conselheiro

DocuSigned by:  
  
 A159A952CC304A6...  
 Demetrius Queiroz do Rego Barros  
 Conselheiro

DocuSigned by:  
  
 9B11D0BA276341C...  
 João Octaviano Machado Neto  
 Conselheiro

DocuSigned by:  
  
 4DDF9B892F3448C...  
 José Francisco Dutra da Silva  
 Conselheiro

DocuSigned by:  
  
 04B704B93EC34C4...  
 Mauro Ricardo Machado Costa  
 Conselheiro

DocuSigned by:  
  
 145FCC73A8D7425...  
 Cesar Gnoatto  
 Secretário